

PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO II

CÓDIGO: DIR. 03833

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00302 (Direito Administrativo I)

EMENTA:

Controle da Administração Pública: Poderes da Administração, associações e do cidadão na esfera judicial e extrajudicial. Serviços e bens públicos. Responsabilidade civil do Estado. Processo administrativo. Direitos e deveres dos servidores públicos: análise detalhada dos seus estatutos.

1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

- 2.1- Servidores Públicos. Agentes públicos: agentes políticos, servidores públicos e particulares em colaboração. Cargo público, emprego público e função pública. Acessibilidade aos cargos públicos. Provimento. Vacância. Normas estaduais aplicáveis aos servidores estatutários. Regimes jurídicos de trabalho. Regime jurídico único. Estabilidade e vitaliciedade. Regras sobre acumulação de cargos. Exercício de mandato eletivo. Aposentadoria e disponibilidade. Contagem de tempo de serviço. Responsabilidade administrativa, civil e criminal. Comunicabilidade das instâncias.
- 2.2- Processo administrativo. Noção. Processo e procedimento. Finalidade do processo administrativo. Modalidades. Princípios. Processo administrativo disciplinar. Fases. Processo sumário. Sindicância.
- 2.3- Restrições do estado sobre a propriedade. Desapropriação: noção. Fundamentos da desapropriação. Requisitos. Competência para legislar e promover a desapropriação. Objeto da desapropriação. Fases. Declaração ou decreto de desapropriação. Imissão provisória na posse. Justa indenização. Juros e correção monetária. Desapropriação por zona e Indireta. Desapropriação de remanescente. Consumação da desapropriação. Controle jurisdicional da desapropriação. Desvio de finalidade. Retrocessão e desistência. Outras formas de intervenção do Estado: servidão administrativa, Limitação administrativa, requisição administrativa, ocupação temporária, tombamento. Conceito e características desses institutos.
- 2.4- Responsabilidade civil do Estado. Evolução. Responsabilidade objetiva. O parágrafo 6º do art. 37 da CF/88. A reparação do dano. Causas de exclusão total ou parcial da responsabilidade. Teorias do risco integral e administrativo. Teoria da culpa administrativa. Dano moral e patrimonial. Responsabilidade por faltas do serviço. Responsabilidade por atos jurisdicionais. Responsabilidade por atos legislativos.
- 2.5- Bens públicos: noção e classificação. Autorização e permissão de uso. Concessão de uso. Concessão de direito real de uso. Enfitese ou aforamento. Aquisição e alienação de bens públicos. Imprescritibilidade. Impenhorabilidade e não oneração dos bens. Afetação e desafetação. Terras devolutas. Terrenos de marinha. Terrenos marginais ou reservados. Terras indígenas. Ilhas.

2.6- Controle da Administração Pública. Espécies: controle interno. Modalidades: representação, reclamação administrativa, direito de petição, prescrição administrativa. Recursos administrativos. Efeitos: inexistência de esgotamento da via administrativa.

2.7- Controle externo: controle legislativo. Alcance do controle legislativo. Controle político e financeiro. Os Tribunais de Contas. Natureza Jurídica das decisões dos Tribunais de Contas. A glosa. O alcance. Efeitos. Controle dos contratos. Controle judicial: sistema de unidade de jurisdição. Limites do controle judicial. Princípio da inafastabilidade do controle pelo Poder Judiciário. Privilégios da Administração Pública. Meios de controle: *habeas corpus*, *habeas data*, ação popular, mandado de injunção, mandado de segurança individual e coletivo, ação civil pública.

3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (Estudo de casos práticos).

4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

5- AValiação

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

6- BIBLIOGRAFIA:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Elementos do Direito Administrativo. São Paulo, Malheiros, 1992.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Administrativo. São Paulo, Saraiva, 1994.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1997.

CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, Forense. 14ª ed., 1995.

_____. Direito Administrativo Comparado. Rio de Janeiro, Forense, 1990.

CUESTA, Rafael Entrena. Curso de Derecho Administrativo. Vol. I e II. Madrid, Tecnos, 1996.

DI PIETRO, Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 6ª ed. São Paulo, 1995.

DROMI, Roberto. Derecho Administrativo. Argentina, Ciudad Argentina, 1994.

FALLA, Fernando Garrido. Tratado de Derecho Administrativo, vol. I e II. Madrid, Tecnos. Madrid, 1992.

FARIA, Edimir Ferreira de. Curso de Direito Administrativo Positivo. Belo Horizonte, Del Rey, 1997.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo, Saraiva, 4ª ed., 1995.

LAUDADÈRE, André de. Manual Droit Administratif. Paris, LGDJ, 1992.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1996.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 21ª ed. São Paulo, Malheiros, Ltda., São Paulo, 1996.

RIVERO, Jean. Curso de Direito Administrativo Comparado. Tradução de J. Cretella Jr. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1995.